



EDITAL N.º 28/2015

**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA
MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DA
UNIPAMPA
PRIMEIRO SEMESTRE/2015**

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com a Resolução 62, de 26 de setembro de 2013, do Conselho Universitário (CONSUNI) e os termos dos Processos protocolados sob os números 23100.000181/2015-36, 23100.000180/2015-91, 23100.000179/2015-67 e 23100.000178/2015-12, torna público o processo de seleção dos candidatos aos Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva, Saúde Mental Coletiva, Urgência e Emergência e Programa de Residência Integrada em Área Profissional da Saúde/Medicina Veterinária, para início no primeiro semestre de 2015.

Os Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde tem por objetivo especializar profissionais, por meio da formação em serviço, para atuar em equipe de saúde, assegurando os princípios do Sistema Único de Saúde. Constituem-se em modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, com carga horária semanal de 60 horas, dedicação exclusiva e duração de 24 meses. O valor bruto das bolsas, pagas pelo Ministério da Educação, é de R\$ 2.976,26 (dois mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos), mediante aprovação neste processo seletivo e assinatura do contrato com programa de residência.

1. DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

1.1 As inscrições para o processo seletivo nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e Em Área Profissional da Saúde, nominados acima, estarão abertas no período de **02/02/2015 a 20/02/2015**, junto à Secretaria Acadêmica do Campus Uruguaiana, da Universidade Federal do Pampa, de segunda a sexta-feira das 8 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas no endereço mencionado no item 1.2.3.

1.2 As inscrições podem ser realizadas de forma presencial ou por meio de correspondência.

1.2.1 Na forma presencial, o candidato, devidamente identificado através do documento original de identidade com foto, poderá proceder sua inscrição junto à Secretaria Acadêmica do Campus Uruguaiana, no endereço definido no item 1.2.3, por meio da entrega de envelope lacrado contendo os documentos necessários para a inscrição, conforme mencionado no item 3 deste edital. Poderá igualmente ser realizada por meio de procuração, estando o procurador devidamente identificado.

1.2.2 A inscrição por correspondência deve ser realizada por meio do envio de envelope lacrado para o endereço definido no item 1.2.3, contendo os documentos necessários para a inscrição conforme mencionado item 3 deste edital, e na forma de correspondência registrada com aviso de recebimento (AR). Será considerada, para fins de validade da inscrição, a data de postagem carimbada pela agência dos correios, devendo esta coincidir com o período de inscrições previsto neste edital e ter sido recebida em até 5 (cinco) dias após a data de encerramento das inscrições.

1.2.3 O endereço para envio da correspondência é o que segue:

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Campus Uruguaiana
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL - COREMU
BR 472 - Km 592 - Caixa Postal 118
CEP: 97500-970 - Uruguaiana - RS
Fone: (55) 3413-4321 / (55) 3414-1484 / (55) 3421-8440

1.3 A COREMU Uruguaiana não poderá ser responsabilizada por atrasos ocorridos na entrega postal.

2. DOS INSCRITOS

2.1 Poderão inscrever-se no processo seletivo de ingresso dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde, aqueles candidatos que atendam ao menos um dos seguintes requisitos:

- a) Portadores de título de graduação nas categorias profissionais descritas no item 6 deste edital, correspondentes ao programa selecionado pelo candidato, declarado na ficha de inscrição;
- b) Graduandos com previsão de conclusão da graduação até a data da matrícula, quando deverão apresentar atestado de conclusão ou diploma de graduação.

2.2 A realização da inscrição implica irrestrita aceitação, por parte do candidato, dos termos definidos neste edital.

3 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INSCRIÇÃO

3.1 Os seguintes documentos são indispensáveis para inscrição:

- a) Ficha de inscrição online, de preenchimento obrigatório que deve ser realizado no endereço eletrônico <https://www11.unipampa.edu.br/quri/psa/processos/>. Após o preenchimento e envio dos dados, a ficha deverá ser impressa, assinada pelo candidato, e anexada aos demais documentos para a realização da inscrição e homologação junto ao programa de pós-graduação. O candidato deverá optar pela inscrição em apenas um programa e uma categoria profissional (Programa de Residência Multiprofissional) ou subárea (Programa de Residência em Área Profissional).
- b) Formulário para comprovação de currículo no Anexo IV, devidamente preenchido com a pontuação atingida e assinado pelo candidato. Deverá ser acompanhado pela fotocópia dos documentos comprobatórios, conforme a ordem apresentada no formulário;
- c) Cópia impressa do currículo cadastrado na plataforma Lattes do CNPq, modelo completo;
- d) Fotocópia do diploma de graduação de Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, exceto para o caso da alínea b do item 2.1;
- e) Os candidatos graduandos deverão apresentar atestado original de provável formando, indicando o período previsto para a conclusão do curso, em conformidade com o item 2 deste edital, fornecido pela Instituição de Ensino Superior à qual estejam vinculados;
- f) Fotocópia do histórico escolar completo da graduação;
- g) Fotocópias da carteira de identidade e do CPF, se brasileiro, ou fotocópia do passaporte válido, se estrangeiro;

3.2 A responsabilidade pelo envio da documentação completa requerida para inscrição é exclusiva do candidato, sendo que a falta de qualquer um dos documentos obrigatórios implica a não homologação da inscrição.

3.3 A autenticidade da documentação enviada é de responsabilidade do candidato, devendo ser comprovada pela comparação com os originais no momento da efetivação de sua matrícula.

3.4 As inscrições por correspondência serão verificadas pela Comissão de Seleção no que se refere ao cumprimento dos requisitos para a sua aceitação, não havendo responsabilidade da UNIPAMPA ou de seus servidores por atrasos e/ou extravios ocorridos na entrega postal.

3.5 Em caso de diploma de instituição estrangeira, os documentos devem ter visto do consulado brasileiro no país de origem e serem traduzidos por tradutor juramentado (exceto os diplomas obtidos em países do MERCOSUL ou versados em língua espanhola ou inglesa).

4 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão homologadas pela Comissão de Seleção da COREMU UNIPAMPA.

4.2 Terão suas inscrições homologadas os candidatos que apresentarem toda a documentação exigida dentro do prazo estabelecido neste Edital.

4.3 As inscrições homologadas serão divulgadas conforme cronograma constante do item 9 deste edital, na página eletrônica da COREMU <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/primus> e da PROPG <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prpg/>.

5 DA SELEÇÃO

5.1 O processo seletivo será constituído de duas etapas, comum a todos os programas. A primeira etapa (eliminatória e classificatória) será composta por prova objetiva e a segunda pela análise de currículo dos candidatos.

5.1.1 A prova objetiva, para os **Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência, Saúde Coletiva e Saúde Mental Coletiva**, constará de 50 questões de múltipla escolha assim distribuídas: 20 questões de conhecimentos sobre Saúde Coletiva (comuns a todas as categorias profissionais), conforme as bibliografias de referências (ANEXO I); e 30 questões de Conhecimentos Específicos para cada categoria profissional (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Serviço Social), conforme as bibliografias de referências (ANEXO II).

5.1.2 A prova objetiva, para o **Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária**, constará de 50 questões de múltipla escolha assim distribuídas: 10 questões de conhecimentos sobre Saúde Coletiva e 40 questões de conhecimentos nas subáreas específicas da Medicina Veterinária, dispostas no item 6.2 deste edital, e conforme as bibliografias de referências (ANEXO III).

5.2 Cada questão da prova objetiva terá valor absoluto de 1 (um) ponto, totalizando máximo de 50 pontos.

5.3 Será considerado classificado para a segunda etapa do processo seletivo (análise do currículo), o candidato que atingir pontuação mínima de 20 pontos na prova objetiva. O candidato que obtiver pontuação inferior a 20 estará automaticamente eliminado.

5.4 A análise de currículo seguirá pontuação disposta no formulário para comprovação de currículo (Anexo IV) podendo atingir o máximo de 50 pontos.

5.5 O candidato deverá cumprir todas as etapas do processo seletivo previstas neste edital, conforme datas e horários que serão divulgados no site da COREMU e da PROPG.

5.6 O candidato que não comparecer aos locais e horários definidos para realização das etapas do processo seletivo estará automaticamente eliminado.

5.7 Serão aprovados neste processo seletivo os candidatos que obtiverem pontuação total maior ou igual a 50, somando-se todas as etapas, conforme demonstrado abaixo:

Pontuação Total= Pontuação na 1ª etapa + Pontuação na 2ª etapa

5.8 Será utilizada, para a classificação dos candidatos aprovados, a ordem decrescente da pontuação total, em concordância com o Programa, Categoria Profissional e subárea (apenas para o Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária) selecionados pelo candidato no momento da inscrição, respeitando o número de vagas ofertadas, conforme disposto no item 6 deste edital

5.9 Serão utilizados como critério de desempate:

- a) Maior pontuação na prova objetiva;
- b) Maior pontuação na análise do currículo;
- c) Menor tempo de obtenção do diploma de graduação
- d) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

6 DAS VAGAS POR PROGRAMA

6.1 Programas de Residência Multiprofissional em Saúde

Programa	Categoria Profissional	Vagas
Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e emergência	Enfermagem	2
	Fisioterapia	2
	Farmácia	2
	Serviço Social	1
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva	Enfermagem	1
	Fisioterapia	1
	Educação Física	1
	Nutrição	1
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva	Serviço Social	1
	Enfermagem	1
	Fisioterapia	1
	Farmácia	1
	Educação Física	1
	Nutrição	1
	Serviço Social	1

6.2 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde

Programa	Categoria Profissional	Subáreas	Vagas
Residência Integrada em Medicina Veterinária	Medicina Veterinária	Clínica e cirurgia de pequenos animais	2
		Clínica e Cirurgia de grandes animais	1
		Diagnóstico por imagem	1
		Anestesiologia	1
		Patologia Clínica, Parasitologia, microbiologia e Patologia veterinária	1

7 DOS RESULTADOS

7.1 A divulgação dos resultados finais do processo seletivo previsto neste edital será realizada conforme cronograma constante do item 9 deste edital, nas página eletrônica

da COREMU <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/primus> e da PROPG <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prpg/>

8 DA MATRÍCULA

8.1 Terão direito à matrícula os candidatos classificados até o limite máximo de vagas estipulado por Programa de Residência, no item 6.1 e 6.2.

8.2 As matrículas dos candidatos classificados no processo seletivo serão realizadas mediante comparecimento do mesmo, devidamente identificado, ou por meio de procuração oficial, no período descrito no cronograma constante do item 9 deste edital, junto à Secretaria Acadêmica da Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana, no seguinte endereço e horários:

Campus Uruguaiana – Endereço: BR 472 - Km 592
Caixa Postal 118, CEP: 97500-970 - Uruguaiana - RS
Fone: (55) 3911-0201

Horário: das 8 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas

8.3 O candidato deve portar os seguintes documentos para efetuar sua matrícula:

- a) Fotocópia do Título Eleitoral e comprovante de votação na última eleição (2 turnos, se aplicável) ou comprovante de quitação eleitoral expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, autenticadas ou acompanhadas dos originais;
- b) Fotocópia do Certificado de quitação com o Serviço Militar Obrigatório autenticada ou acompanhada do original, quando exigível;
- c) Documento original de identificação pessoal;
- d) Se estrangeiro, apresentação de passaporte com visto de permanência adequado conforme a legislação vigente;
- e) Documentos originais emitidos por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação: diploma de graduação ou atestado de conclusão de curso de graduação e histórico escolar da graduação.
- f) Fotocópia do registro profissional no Conselho Regional do Estado do Rio Grande do Sul, relacionado à Categoria Profissional pelo qual foi aprovado ou protocolo de inscrição no devido conselho profissional, autenticadas ou acompanhadas dos originais;
- g) Demais documentos apresentados no ato da inscrição e que necessitem de comprovação pelos originais, conforme item 3.3. deste edital.

8.4 O candidato que não realizar a matrícula dentro do prazo estabelecido neste edital perderá o direito à vaga.

8.5 Em caso de não observação do prazo para realização de matrícula a vaga será disponibilizada a outro candidato por ordem de suplência.

9 DATAS IMPORTANTES

9.1 As fases do processo seletivo, com as respectivas datas, são as que seguem:

- a) período de Inscrições: 02/02/2015 a 20/02/2015
- b) divulgação das inscrições homologadas: 25/02/2015
- c) período de recurso das inscrições: 25 a 27/02/2015
- d) divulgação final das inscrições homologadas: 02/03/2015
- e) data da primeira etapa (prova objetiva): 06/03/2015
- f) divulgação do resultado preliminar da primeira etapa: 09/03/2015
- g) período para recursos da primeira etapa: 09 a 12/03/2015
- h) divulgação dos candidatos aprovados para segunda etapa: 12/03/2015
- i) divulgação do resultado da segunda etapa: até 13/03/2015
- j) divulgação preliminar dos candidatos aprovados: 13/03/2015

- k) período para recurso: 13 a 17/03/2015
- l) divulgação do Resultado Final: 17/03/2015
- m) data da Matrícula: 23/03/2015
- n) data de Previsão do Início do Curso: 30/03/2015

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A interposição de recursos do processo seletivo deverá ser apresentada na forma de manuscrito de própria autoria e assinado, realizado conforme cronograma constante do item 9 deste edital, na forma presencial, junto a Secretaria Acadêmica, no endereço e horário disposto no item 8.2

10.2 As divulgações de resultados decorrentes deste processo seletivo, bem como os adendos ou alterações, serão publicadas na página eletrônica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, disponível em <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prpg/> e da COREMU Uruguaiana em <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/primus>

10.3 Cabe ao candidato acompanhar o processo seletivo e suas alterações nos sites indicados no item 10.2.

10.4 Após a seleção, os candidatos não selecionados terão um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da divulgação do resultado final, para retirar as cópias dos documentos junto à Secretaria Acadêmica da Universidade Federal do Pampa, no endereço definido no item 1.2.3, a partir deste prazo os documentos serão destruídos.

10.5 Na hipótese de haverem vagas não preenchidas, os candidatos serão chamados de acordo com a lista de suplentes divulgada junto com o resultado final, obedecendo aos mesmos critérios de classificação dos candidatos aprovados.

10.6 Demais informações podem ser obtidas junto à Secretaria Acadêmica da Universidade Federal do Pampa do Campus Uruguaiana, através dos endereços e telefone constantes do item 8.2

10.7 Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção da COREMU da Universidade Federal do Pampa.

10.8 Ao inscrever-se neste processo seletivo, o candidato reconhece e aceita as normas estabelecidas neste edital.

Bagé, 23 de janeiro de 2015.

Ulrika Arns
Reitora

ANEXO I

BIBLIOGRAFIAS DE REFERÊNCIAS **Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência, Saúde Coletiva e Saúde Mental Coletiva – SAÚDE COLETIVA**

1. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm> Acesso em 14/01/2015.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279 de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para organização da rede de atenção a saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Seção 1, p. 88-93.
3. BRASIL. Lei 8080 de 19/09/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em 14/01/2015.
4. BRASIL. Lei 8142 de 28/12/1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm> Acesso em 14/01/2015.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução 399 de 22/2/2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html> Acesso em 14/01/2015.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf. Acesso em 14/01/2015.
8. BRASIL. Portaria 1996 GM/MS de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2007/GM/GM-1996.htm>> Acesso em 14/01/2015.
9. FAJARDO, A. P.; ROCHA, C. M. F.; PASINI, V. L. Residências em saúde: fazeres & saberes na formação em saúde. Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2010. Disponível em: <http://www2.ghc.com.br/GepNet/publicacoes/residenciaemsaude.pdf> Acesso em 14/01/2015
10. FLEURY, S.; OUVÉNEY, A.M. Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. FGV: rio de Janeiro, 2007

11. GOLDIN, J. R. Bioética: Origens e Complexidade. Revista HCPA, Porto Alegre, v. 26, n.2, p. 86-92, 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/complex.pdf>> Acesso em 14/01/2015.
12. MATTA, G. C. Princípios e Diretrizes do Sistema único de saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, A. L. M.; orgs. Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007. p. 61-80. Disponível em: <http://www.retsus.fiocruz.br/upload/publicacoes/pdtsp_3.pdf> Acesso em 14/01/2015.
13. PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. Problemas atuais de bioética. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ANEXO II

BIBLIOGRAFIAS DE REFERÊNCIAS **Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência, Saúde Coletiva e Saúde Mental Coletiva - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL**

EDUCAÇÃO FÍSICA

1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>
2. BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Tema Transversal Saúde. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>
3. BOUCHARD, C. Atividade física e obesidade. Barueri, SP: Manole, 2003.
4. DARIDO, S.C.; RANGEL, I.C. Educação Física na Escola Implicações para a Prática Pedagógica. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2011.
5. DEL DUCA, G.F.; NAHAS, M.V. Atividade Física e doenças crônicas: evidências e recomendações para um estilo de vida ativo. 1 ed. Londrina: Midiograf, 2011.
6. FLORINDO, A. A.; HALLAL, P.C. Epidemiologia da atividade física. São Paulo; Atheneu, 2011.
7. GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. São Paulo: Phorte Editora, 2005.
8. GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. Educação Física Desenvolvimentista para todos. 4 ed., São Paulo: Phorte, 2008.
9. GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri, SP: Manole, 2008.
10. GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. Manual Prático para Avaliação em Educação Física. 1 ed. Editora Manole. 2005.
11. HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento Motor ao longo da vida. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.
12. HEYWARD, V.H. Avaliação Física e Prescrição de Exercício: Técnicas Avançadas. 6 ed. Editora Artmed. 2013.
13. MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício: Energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 6 ed, 2008.
14. NAHAS, M.V. Atividade física, saúde e qualidade de vida. 6 ed. Londrina: Midiograf, 2013.
15. PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 8 ed., Porto Alegre: Artmed, 2006.
16. PITANGA, F.J.G. Testes, Medidas e Avaliação em Educação Física e Esportes. 5 ed. Editora Phorte. 2007.

ENFERMAGEM

1. ANDRIS, D.A. ET AL. Semiologia: bases para a prática assistencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
2. ALFARO-LEFEVRE, R. Aplicação do processo de enfermagem: promoção do cuidado colaborativo. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. BARROS, A. L. B. L. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2002.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília : Ministério da Saúde, 2014.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.
6. CINTRA, E.; NISHIDE, V.; NUNES, V. Assistência de enfermagem ao paciente crítico. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
7. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEn). Resolução 358/2009 do Conselho do Federal de Enfermagem, 2009.
8. Conselho Federal de Enfermagem. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN nº 311/2007. Fevereiro de 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br/2007/materias.asp?ArticleID=7323§ionID=37>
9. MAYDE, S. T ET AL. Medicamentos de A a Z 2011-2012. Porto Alegre: Artmed, 2011.
10. MCEWEN, M. W. E. M. Bases teóricas para enfermagem. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
11. NANDA INTERNATIONAL. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA: definições e classificação. 2012-2013. Trad.: Regina Machado Garcez. Porto Alegre: Artmed, 2013.
13. POTTER, P. A.; PERRY; A. G. Fundamentos de enfermagem. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
14. WONG, D. L. W. W. Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
15. SMELTZER, S.C.; BARE G.B. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

FARMÁCIA

1. BISSON, M. P. *Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica*, 1ª ed. Barueri: Manole, 2007.
2. BRUNTON, L. L.; LAZO, J. S.; PARKER, L. K.; GOODMAN & GILMAN. *As Bases Farmacológicas da Terapêutica*, 11ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2010.
3. Código de Ética da Profissão Farmacêutica. Disponível em: <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/76/08-codigodeetica.pdf> Acesso em 14 jan. 2015.
4. FINKEL, R; PRAY, W.S. *Guia de dispensação de produtos terapêuticos que não exigem prescrição*. Artmed. 2004
5. FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L.; FERREIRA, M. B. C.; *Farmacologia Clínica: Fundamentos da Terapêutica Racional*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
6. GOMES, M. J. MAGALHÃES. *Ciências Farmacêuticas: Uma abordagem em farmácia hospitalar*, 1ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.
7. HENRY, JOHN BERNARD. *Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais*. 20ª ed. São Paulo: Manole, 2008.
8. MARIN, N.; LUIZA, V. L.; CASTRO, C. G. S. O.; SANTOS, S. M. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: Opas/OMS, 2003.

9. Portaria 1377 de 9 de julho de 2013. Anexo 03: Protocolo de Segurança na Prescrição, Uso e Administração de Medicamentos. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1377_09_07_2013.html> e <http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmwD8.pdf>. Acesso em 14 jan. 2015.
10. Portaria 529 de 1º de abril de 2013. Programa Nacional de Segurança do Paciente. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/upload/controle-infeccoes/pasta2/portaria-msgm-n-529-de-01-04-2013.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2015.
11. Portaria n.º 3.916 de 30 de outubro de 1998. Política Nacional de Medicamentos. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/portarias/3916_gm.pdf> Acesso em 14 jan. 2015.
12. Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998. Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: <http://anvisa.gov.br/hotsite/cd_sngpc_old/portaria344.pdf>. Acesso em 14 jan. 2015.
13. Programa Nacional de Segurança do Paciente. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf>. Acesso em 14 jan. 2015.
14. Resolução nº 338 de 06 de maio de 2004 do Conselho Nacional de Saúde. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao_sanitaria/338.pdf>. Acesso em 14 jan. 2015.
15. Resolução 585 de 29 de agosto de 2013 do Conselho Federal de Farmácia. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Brasília: CFF, 2013. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2015.
16. Resolução 586 de 29 de agosto de 2013 do Conselho Federal de Farmácia. Regulamenta a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/noticias/Resolu%C3%A7%C3%A3o586_13.pdf> Acesso em 14 jan. 2015.
17. STORPIRTIS, S.; MORI, A.L.P.M.; YOCHIY, A.; RIBEIRO, E.; PORTA, V. *Ciências Farmacêuticas. Farmácia clínica e atenção farmacêutica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2008.

FISIOTERAPIA

1. BEAR, M.; CONNORS, B. W; PARADISO, M. A. Neurociências - Desvendando o Sistema Nervoso. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. DAVIES, P. M. Passos a seguir: um manual para o tratamento da hemiplegia no adulto. São Paulo: Manole, 1996.
3. FROWNFELTER, D.; DEAN, E. Fisioterapia cardiopulmonar: princípios e prática. Rio de Janeiro: Revinter, 3 ed, c2004.
4. GOULD III, J.A. et al. Fisioterapia na Ortopedia e Medicina do Esporte. São Paulo: Manole, 2 ed, 1993.
5. HEBERT, S. et al. Ortopedia e traumatologia: princípios e prática. Porto Alegre: Artmed, 4 ed, 2009.
6. KISNER, C.A. e COLBY, L. Exercícios Terapêuticos: Fundamentos e Técnicas. São Paulo: Manole, 4 ed, 2005.
7. KNOBEL, E. Terapia intensiva: pneumologia e fisioterapia respiratória. São Paulo: Atheneu, 2005.
8. LIANZA, S. Medicina de reabilitação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4ed, 2007.

9. PALMER, M. L.; EPLER, M. E. Fundamentos das técnicas de avaliação musculoesquelética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2 ed, 2009.
10. PRYOR, J. A.; WEBBER, B. A. Fisioterapia para Problemas Respiratórios e Cardíacos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2 ed, 2002.
11. REGENGA, M. M. Fisioterapia em Cardiologia. Da UTI à reabilitação. São Paulo: Roca, 2000.
12. SARMENTO, G. J. V. Fisioterapia Hospitalar – pré e pós operatórios. São Paulo: Manole, 1 ed, 2009.
13. SCANLAN, C. L.; EGAN, D. F.; WILKINS, R. L; STOLLER, J. K. Fundamentos da Terapia Respiratória de Egan. São Paulo: Manole, 7 ed, 2000.
14. O'SULLIVAN, S. B. Fisioterapia: Avaliação e Tratamento. São Paulo: Manole, 2004.
15. TECKLIN, S. Fisioterapia Pediátrica. Porto Alegre: Artmed, 3 ed, 2002.

NUTRIÇÃO

1. ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M. Nutrição em obstetrícia e pediatria. 2. Ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2009.
2. ALVARENGA, M.; SCAGLIUSI, F.B; PHILLIPPI, S.T. Nutrição e transtornos alimentares: avaliação e tratamento. São Paulo: Manole, 2011.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.
4. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2012. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.
5. BUSNELLO, F.M. Aspectos nutricionais no processo do envelhecimento. São Paulo: Atheneu, 2007.
6. CARDOSO, M.A. Nutrição Humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
7. CLAUDINO, A.M; ZANELLA, M.T. Guia de transtornos alimentares e obesidade. São Paulo: Manole, 2005.
8. Código de Ética do Nutricionista - RESOLUÇÃO CFN Nº 334/2004. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.
9. Conselho Federal de Nutrição – RESOLUÇÃO CFN Nº 380/2005. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.
10. CUPPARI, L. Nutrição Clínica no Adulto. Rio de Janeiro: Ed. Manole, 2a ed. 2005.
11. DIEZ-GARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSO, A.M. Nutrição e metabolismo - Mudanças alimentares e educação nutricional. 1a ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011.
12. DUARTE, A.C.G. Avaliação nutricional: aspectos clínicos e laboratoriais. São Paulo: Atheneu, 2007.
13. FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos Alimentos. 1a ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
14. IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

15. KAC, G.; SICHIERI, R.; GIGANTE, D. Epidemiologia Nutricional. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
16. MAHAN, L.K; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J.L. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 13^o ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
17. MUSSOI, T.D. Avaliação nutricional na prática clínica: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
18. SILVA JR, E.A.da. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. 6. ed. atual. São Paulo: Livraria Varela, 2008.
19. TADDEI, J.A.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M.H.A.; LANG, R.M.F. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.
20. VITOLO, M.R. Nutrição da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2008.

SERVIÇO SOCIAL

1. BISNETO, José Augusto. Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.
2. BOSCHETTI, Ivonete; SALVADOR, Evilásio. O financiamento da seguridade social no Brasil período de 1999 a 2004: quem paga a conta: In: MOTA, Ana Elizabete; et al org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional (1^a Parte, 3^o capítulo p.49 a 72).
3. BRAVO, M.I.S. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. ET al. (org.) Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
4. CAMPOS, G.W.S., Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUAS): um modo singular de produzir política pública. In. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, ano XXVI, n. 87, 2006, p. 132-146.
5. CHUPEL, Cláudia Priscila; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Acolhimento e Serviço Social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde, Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.
6. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf
7. CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle Social na Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete; et al (org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional (1^a Parte, 6^o capítulo- p.111 a 138).
8. IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, trabalho e questão social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
9. MARTINELLI, Maria Lúcia. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: ALGUMAS REFLEXÕES ÉTICAS. In Serviço Social & Saúde Campinas v. 6 n. 6 p. 1-144 Maio 2007. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=46133
10. MATOS, M.C. O debate do Serviço Social na saúde nos anos 90. Serviço Social e Sociedade. n.74, Ano XXIX, São Paulo: Cortez, jul., 2003.
11. ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa; FURTADO, Juarez Pereira. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 22, n. 5, May 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

311X2006000500018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Jan. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000500018>

12. TEIXEIRA, Mary Jane. O programa de saúde da família. O Serviço Social e o canto do rouxinol. In: BRAVO, Maria Inês; PEREIRA, Potyara A.P. (Org.). Política Social e Democracia. 2.ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

13. UCHOA, R; NOGUEIRA, V; MARSIGLIA, R; GOMES, L; et al. (orgs.). Serviço Social e Saúde. 2ª ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007. p.197- 217.

14. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2002.

15. VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

16. WETZEL, Christine et al . Dimensões do objeto de trabalho em um Centro de Atenção Psicossocial. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 16, n. 4, abr. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jan. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400013>

ANEXO III

BIBLIOGRAFIAS DE REFERÊNCIAS **Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária - SAÚDE COLETIVA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

1. ALMEIDA FILHO, N; ROUQUAYROL, M Z. Introdução a epidemiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 282p., 2006.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias. 8ª Ed. Brasília – DF, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guiabols_o.pdf
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em saúde – zoonoses. Cadernos de atenção básica, n. 22, série B. Brasília – DF, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_saude_zoonoses_p1.pdf
4. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Programa Nacional De Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT). Manual Técnico. Brasília – DF, 2006. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>
5. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Controle da Raiva dos Herbívoros. Manual Técnico. Brasília – DF, 2006. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>
6. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual de Legislação. Programas Nacionais de Saúde Animal do Brasil. Brasília – DF, 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>
7. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ E SANTA CATARINA. Programa das Zoonoses Região Sul. Manual de zoonoses, 2011. Disponível em: <http://www.crmvrs.gov.br/Manual_de_Zoonoses.pdf>.
8. PEREIRA, M G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008, 596p.
9. THRUSFIELD, M. Epidemiologia veterinária. 2. ed. São Paulo: Editora Roca. São Paulo. 2004, 572p.
10. AMARANTE et al. Doenças parasitárias de caprinos e ovinos: epidemiologia e controle. Ed. Embrapa. 2009, 603p,.
11. AUER, J.A. Equine surgery. 3.ed. Philadelphia: Saunders. 2006, 1390p.
12. BIRCHARD, S. J.; SHERDING, R.G. Manual Saunders de Clínica de Pequenos Animais. 3ª Ed. São Paulo: Roca. 2008, 2072p.
13. BOJRAB, Técnicas Atuais em Cirurgia de Pequenos Animais. 3ª Ed. Manole. 2005, 920p.
14. BOYD, A., H.& EDDY, R. G. Medicina Bovina: Doenças e Criação de Bovinos. São Paulo: Roca. 2008, 1080p.
15. CARVALHO, C. F. Ultra-sonografia em pequenos animais. São Paulo: Roca. 2004, 365p.
16. CHEVILLE, N. Introdução à Patologia Veterinária. 2 Ed. São Paulo: Roca. 2004, 344p.
17. COTRAN, R. S.; KUMAR, V.; ROBBINS, S. L. Robins & Cotran. Fundamentos de Patologia. Bases patológicas das doenças. 7 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2006, 829p.
18. ETTINGER, S. J.; FELDMAN, E. C. Tratado de Medicina Interna Veterinária. Doença do Cão e do Gato. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2004, 1038p.
19. FANTONI, D.; CORTOPASSI, S. Anestesia em cães e gatos. 2a Ed. São Paulo: Roca. 2009, 632p.
20. FARROW, C.S. Veterinária: Diagnóstico por imagem do cão e do gato. São Paulo: Roca. 2005. 748p.

21. FORTES, E. Parasitologia Veterinária. 4ª Ed. Porto Alegre, Ed. Sulina. 2004, 607p.
22. FOSSUM, T.W. Cirurgia de Pequenos Animais. 3ª Ed. Elsevier. 2008, 1314p.
23. HIRSH, D.C.; ZEE, Y.C. Microbiologia Veterinária. 2a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003, 446p.
24. JONES, C. T.; HUNT, R. D.; KING, N. W. Patologia Veterinária. 6 Ed. Barueri: Manole. 2000, 1415p.
25. KANEKO, J. J.; HARVEY, J. W.; BRUSS, M. L. Clinical biochemistry of domestic animals. San Diego: Academic Press.1997,935p..
26. KEALY, J. K.; McALLISTER, H. Radiologia e ultra-sonografia do cão e do gato. São Paulo:Manole. 2005, 436p.
27. KONEMAN, E.W. Diagnóstico Microbiológico – Texto e Atlas Colorido. 6a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008, 1608p.
28. MCGAVIN M. D.; ZACHARY J.F. Bases da Patologia em Veterinária. 4a Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009, 1776p
29. MASSONE, F. Anestesiologia Veterinária: Farmacologia e Técnicas. 6a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2011, 467p.
30. MONTEIRO, S. G. Parasitologia na medicina veterinária. São Paulo: Ed. Roca. 2011, 370p.
31. NATALINI, C. C. Teorias e Técnicas em Anestesiologia Veterinária. Porto Alegre: Artemed. 2007, 296p.
32. NELSON, R. W.; COUTO, G. Medicina Interna de Pequenos Animais. 4a Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010, 1468p.
33. NEVES, D. P. Parasitologia Humana. Ed. Atheneu.2009, 524p.
34. NYLAND, T. G.; MATTON, J. S. Ultra-som diagnóstico em pequenos animais. 2. ed. São Paulo: Roca. 2004, 469p.
35. PADDLEFORD, R. Manual de Anestesia em Pequenos Animais. 2º Ed. São Paulo: Roca. 2001, 423p.
36. PUGH, D.G. Clínica de ovinos e caprinos. São Paulo: Roca. 2005, 513p.
37. QUINN, P.J.; MARKEY, B.K.; CARTER, M.E.; DONNELLY, W.J.; LEONARD, F.C. Microbiologia Veterinária e Doenças Infeciosas. Porto Alegre: Artemed.2005, 512p.
38. RADOSTITIS, O.M. et al. Clínica Veterinária: Um tratado de Doenças dos Bovinos, Ovinos, Suínos, Caprinos e Equinos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2010, 1737p.
39. REED, S. M; BAYLY, W. M. Medicina interna equina. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000, 938p.
40. SANTOS, R.L., ALESSI, A.C. Patologia Veterinária. Roca: São Paulo.2011.
41. SLATTER, D. Manual de Cirurgia de Pequenos Animais. 3ª Ed. Manole. 2007, 2806p.
42. SMITH. B. P. Medicina interna de grandes animais. 3. ed. São Paulo: Manole. 2006, 1728p.
43. STASHAK, T. S. Claudicação em equinos segundo Adams. 5ª edição. São Paulo. 2006, 1112p.
44. STOCKHAM, S. L.; SCOTT, M. A. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2011, 545p.
45. TAYLOR, M. A.; COOP, R. L.; WALL, Richard. Parasitologia veterinária. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2010, 742p.
46. THOMASSIAN, A. Enfermidades dos cavalos. 4. ed. São Paulo: Varela. 2005, 508p.

47. THRALL, D. E. Diagnóstico de radiologia veterinária. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2007, 832p.
48. THRALL, M. A.; et al. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca. 2007, 582p.
49. TUDURY, E.A.; POTIER, G.M. Tratado de Técnicas Cirúrgicas Veterinária. Medvet. 2009, 480p.
50. TURNER, A. S.; McILWRAITH , C. W. Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte. São Paulo: Roca. 2002, 354p.
51. VALVERDE, A. Manual de Anestesia e Analgesia em Equinos. São Paulo: Roca. 2008, 334p.

ANEXO IV
**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA
 MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DA
 UNIPAMPA**

Para todas as áreas de atuação/categoria profissional
 FORMULÁRIO PARA COMPROVAÇÃO DE CURRÍCULO¹

Dados Pessoais:

Nome completo:

Programa de residência, categoria profissional ou subárea que realizará seleção:

.....

Títulos	Pontuação	Valor máximo	Pontuação atingida
Pós-Graduação			
Especialização	2 pontos por curso	5 pontos	
Mestrado	3 pontos por curso		
Doutorado	5 pontos por curso		
Atuação, Educação Permanente e Produção Técnico-Científica²			
Participação em eventos como palestrante, autor ou coautor de tema livre na área profissional	1 ponto por evento	10 pontos	
Participação em eventos de atualização e/ou aperfeiçoamento na área profissional (congressos, cursos, simpósios, jornadas, oficinas, seminários, encontros)	1 ponto para cada 10 horas certificadas	10 pontos	
Participação em atividades extracurriculares na área profissional (projetos de pesquisa, extensão e ensino, bolsa de iniciação científica, monitorias, estágios não obrigatórios)	1 ponto para cada 20 horas certificadas	15 pontos	
Publicação de artigo em revista com qualis na área profissional	2,5 pontos por publicação	5 pontos	
Experiência profissional não acadêmica²			
Experiência na área profissional	0,5 pontos por mês	5 pontos	

Data e assinatura do candidato:

¹ O formulário deverá ser acompanhado do currículo lattes, impresso da Plataforma Lattes. A documentação comprobatória deverá ser entregue sob forma de cópias (autenticada ou não), apresentadas conforme a ordem dos títulos do formulário. Não deverá ser encaminhada documentação original para comprovação do currículo. O candidato deverá apontar a pontuação atingida no formulário.

² Nos últimos cinco anos (01/03/2010 a 01/03/2015).